

Fusão, Confusão, Desfusão

Merval Pereira

Artigo publicado no Jornal O Globo, em 11.6.2004.

A fusão entre o velho Estado do Rio e a jovem Guanabara foi realizada em 1975 pelo governador nomeado Faria Lima, por ordem do presidente Geisel.

Levou rápidos cinco meses a criação de uma só estrutura administrativa, legislativa e judiciária para duas unidades sociais e políticas que em comum tinham apenas a fronteira que as separava. Num regime democrático, seria impossível gestação tão curta. No governo militar — mesmo na gestão de Geisel, que preparava a volta à democracia — mandava quem podia e obedecia quem tinha juízo. Na falta de juízo, funcionava o instinto de sobrevivência.

Assim, fundidos fomos, sem nos perguntarem coisa alguma, para atender a objetivos políticos do Planalto. Vai ver, era um peão avançando uma casa no complicado xadrez da abertura “lenta e gradual” em que se empenhava o governo Geisel.

Só agora começa-se a falar em desfazer a fusão. O movimento nasce carioca, e talvez não pudesse ser diferente: a Guanabara era moça rica de cidade grande; o Estado do Rio, fazendeiro arruinado.

E a moça rica teve sorte. Primeiro governador da cidade-estado, eleito em 1960, Carlos Lacerda abriu túneis, construiu adutoras e escolas, fez o Parque do Flamengo e deu à cidade um plano básico que é seguido até hoje (a Linha Vermelha e a Linha Amarela, por exemplo, são parte dele). Também removeu 27 favelas; a maior foi a do Esqueleto, com cerca de três mil barracos. Certa vez, quando internos de uma penitenciária se rebelaram, Lacerda, sozinho, subiu a uma mesa no pátio lotado de condenados e em meia hora de discurso acabou com o motim. Não se tem visto coisa muito parecida ultimamente.

Negrão de Lima, seu único sucessor, levou mais de 70 mil pessoas de quatro comunidades carentes para Cidade de Deus, Cidade Alta e Água Branca. Sem falar na urbanização da favela sobre palafitas hoje conhecida como Complexo da Maré. No mais, também fez bom governo.

Não é saudosismo dizer que, depois da fusão, a qualidade de vida tem rolado ladeira abaixo quase o tempo todo. De um lado e de outro das derrubadas fronteiras estaduais.

Isso explica o movimento pela desfusão. O Estado do Rio, amparado pelas rendas do petróleo de Campos e Macaé, poderia conhecer finalmente a prosperidade que a fusão não lhe trouxe. E os cariocas teriam um ICMS só para eles. Técnicos e políticos têm argumentos de peso contra a idéia. Mas ela certamente merece ser discutida.

Só por exemplo, poderia ser examinada a hipótese de mais do que uma simples volta ao passado. Por que não criar o que nunca existiu — talvez porque só agora seria viável?

Uma idéia simples (talvez condenável por simplista): faz-se a des fusão, mas permanecem no Estado da Guanabara II os municípios-dormitórios que o cercam, na Baixada Fluminense e arredores. Seriam cariocas aqueles que trabalham aqui, que procuram os hospitais públicos cariocas — e cujos impostos ajudariam a melhorar um atendimento hoje agonizante principalmente pelo excesso de pacientes.

A questão é saber se a mudança seria um fator de crescimento para a Baixada. E se o antigo Estado do Rio cresceria com forças próprias, graças aos dividendos do petróleo, que não existiam na década de 70. Questões técnicas — bem diferente das razões políticas que causaram a fusão.

É certo que nenhum modelo de des fusão agradaria a todos os políticos — como aqueles que investiram em currais eleitorais que ficariam do outro lado da cerca. Azar o deles, não?

